



## XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

### A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

## VIRTUALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UM BREVE DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA TURMA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À DISTÂNCIA DA UFSC

**Juliana Vaccari de Abreu da Rosa**

UFSC

[julimar.vaccari@gmail.com](mailto:julimar.vaccari@gmail.com)

**Sônia Rejane Silva**

UFSC

[soniarejane77@gmail.com](mailto:soniarejane77@gmail.com)

**Jussara Orige Bach Gonçalves**

UFSC

[jussara.bach@ufsc.br](mailto:jussara.bach@ufsc.br)

**Julimar Vaccari de Abreu**

IFSC

[contatovaccari@gmail.com](mailto:contatovaccari@gmail.com)

**Alexandre Marino Costa**

UFSC

[marinocad@gmail.com](mailto:marinocad@gmail.com)

### RESUMO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, na modalidade à distância, pioneiro na Universidade Federal de Santa Catarina, é oferecido em seis polos de apoio presencial, sendo eles: Araranguá, Lages, Tubarão, Chapecó, Florianópolis e Joinville. O presente estudo tem como objetivo fazer um breve diagnóstico da primeira turma do Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade à distância da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio de levantamento da situação dos alunos ingressantes em 2009. A pesquisa é bibliográfica e descritiva, numa abordagem quantitativa. O resultado mostra que dos 312 ingressantes, somente 76 concluíram o curso em 4 anos, perfazendo 24,36%. O número de alunos evadidos chegou a 189, o que corresponde a aproximadamente 61% do total inicial. Constatou-se que o elevado índice de evasão não é um problema somente do curso, mas é recorrente nas Instituições de Ensino Superior. Finalmente, ressalta-se a importância da continuidade de estudos e pesquisas que busquem analisar o curso de Administração Pública EaD em sua totalidade, visando diagnosticar as causas da evasão e contribuir para a melhoria contínua do processo de formação dos discentes.

**Palavras-chave:** Educação à Distância, Evasão, PNAP.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Ministério da Educação - MEC, a partir do decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, criou o Programa Universidade Aberta do Brasil, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades à distância e semipresenciais. Posteriormente, criou o Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP, composto pelo curso de Bacharelado em Administração Pública e pelos cursos de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, na modalidade à distância, pioneiro na Universidade Federal de Santa Catarina, é oferecido em seis polos de apoio presencial, sendo eles: Araranguá, Lages, Tubarão, Chapecó, Florianópolis e Joinville.

O Ministério da Educação tem dedicado atenção a esta modalidade de ensino e vem publicando uma série de portarias normativas que estão servindo de fonte legal para demarcar os espaços, as formas de atuação das instituições e as características dos cursos. Suas bases legais se estabelecem a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. A estrutura administrativa da Educação à Distância - EaD, possui uma secretaria específica para EaD, criada pelo Ministério da Educação – MEC, que elabora manuais de avaliação e regras próprias para credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos. O MEC tem feito com que a educação à distância se desenvolva em paralelo com a educação presencial.

A caracterização dessa modalidade educacional, como aquela em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização das tecnologias de comunicação e informação, por meio de discentes e docentes, gerando atividades educativas em lugares e tempos distintos. Em seu parágrafo primeiro, o decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, prevê ainda que a “educação à distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares” (MEC, 2009).

O presente estudo tem como objetivo fazer um breve diagnóstico da primeira turma do Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade à distância da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio de levantamento da situação do aluno com ingresso em 2009 (regular, abandono, desistente ou formado).

## **2 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL**

Vive-se hoje a terceira geração da Educação à distância no Brasil, baseada em redes de conferência por computador, estações de trabalho multimídia e das possibilidades oferecidas pelo acesso à internet. Chaves (2003) conceitua Educação à Distância, no sentido fundamental e factual da expressão, como sendo o ensino e aprendizagem que ocorre quando quem ensina e quem aprende estão separados fisicamente, no tempo ou no espaço. A modalidade de ensino à distância aplica as tecnologias disponíveis objetivando propiciar o processo de ensino e aprendizagem, superando as barreiras do espaço e do tempo. Deve gerar a autonomia do estudante, a comunicação e o processo tecnológico, e assim é possível construir um conceito mais completo. (GUAREZI, 2009)

Já o decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

O decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos decretos números 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

A tecnologia está fortemente associada ao desenvolvimento da educação à distância, mesmo não sendo o único fator determinante desse processo. Paulo Freire (1996, p.47) ressalta que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Essa modalidade de ensino EaD, traz consigo inovações de toda ordem, bem como a perspectiva de um novo aluno e um novo profissional, surgindo a necessidade de um professor para atender às exigências e as novas especificidades desse modelo de ensino, que tem como base uma instituição na qual o grupo de aprendizagem está separado e se utiliza de tecnologias de comunicação para conectar os alunos, recursos e instrutores. (SIMONSON, 2006)

No Brasil, a expansão da educação superior de boa qualidade é um grande desafio. Quer seja pela grande extensão territorial ou pela distribuição geográfica da população, atingir os mais diversos cantos do país e oportunizar o acesso à educação de boa qualidade é um embate diariamente enfrentado. Diante dessa realidade e da dificuldade de acesso à educação formal por diferentes grupos sociais e impulsionada por influências da sociedade contemporânea, a educação à distância se apresenta como

uma solução para a democratização da educação, possibilitando o aprendizado em tempos e lugares distintos.

## 2.1. PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PNAP

Mediante o decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006, o Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Educação à Distância da Fundação Capes, criou o Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, em parceria com estados e municípios, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades à distância e semipresenciais. Posteriormente, uma ampliação deste programa foi a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP.

Este programa vem sendo implantado desde 2009. É uma iniciativa no âmbito do Sistema UAB, realizada em parceria entre a CAPES e diversas Instituições Públicas de Ensino Superior, que tem como estratégia a descentralização e fortalecimento da gestão pública, especialmente em âmbito local.

Este programa vem como uma resposta à necessidade latente de formação de gestores para a *res publica*. Composto pelo curso de Bacharel em Administração Pública e pelos cursos de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde.

Esta ação visou a otimização do uso dos recursos públicos e ao compartilhamento de experiências e práticas educativas em EaD e no próprio ensino de administração. Assim, foi construído um projeto básico comum, a ser implementado pelas universidades integrantes da UAB. Esta forma de construção permite um melhor aproveitamento das competências reconhecidas nas diferentes áreas específicas, contribuindo para a legitimidade da proposta.

## 2.2. O CURSO DE BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PNAP

O Curso Bacharel em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação (PPP, 2009).

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado de Santa Catarina, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, oferta o curso de Administração Pública na modalidade à distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira (PPP, 2009).

O curso de Administração Pública à Distância tem duração de quatro anos, organizados em oito períodos. A carga horária total é de 3.000 (três mil) horas, sendo ministrada parte presencialmente e parte à distância.

O Programa busca a formação do perfil do administrador público expresso sob a dimensão epistemológica no que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública e da dimensão profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e éticas. (PPP, 2009)

O Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade à distância é pioneiro na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Destaca-se que esta turma realizou sua formatura em 12 de março de 2014, no Centro de Cultura e Eventos dessa instituição.

### 2.3. PRIMEIRA OFERTA DO CURSO BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA UFSC

Pioneira na UFSC no que tange ao PNAP, a turma do segundo semestre de 2009 teve como público alvo, residentes nas regiões dos polos de apoio presencial das cidades de Araranguá, Lages, Tubarão, Chapecó, Florianópolis, Joinville, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso na UFSC. (PPP, 2009)

De acordo com o que está disposto no decreto nº 5.622, de 2005, a EaD caracteriza-se como uma modalidade de educação, em que “a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação”. (BRASIL, 2005, p. 1)

Decorrente destas características do ensino à distância, da questão de espaço e do tempo, a turma fez uso de ferramentas que operacionalizassem o processo de

comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica. As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica foram: chat, videoconferência, aula presencial nos polos. Como processos de comunicação diacrônicos foram utilizados: fórum, *e-mail*, mensagem pelo AVEA, telefone, *fax* e correio. Este processo orientado por tutores.

Sinteticamente, a função primordial de um tutor é a de prover o apoio necessário para que o aluno explore seu curso ao máximo e tenha um aprendizado significativo. Além do apoio do tutor, o discente contou com a gerência de um supervisor de módulo e do coordenador geral do curso.

Durante o curso, os alunos fizeram uso da Plataforma *Moodle*. Trata-se de um *software* livre que possibilita o trabalho colaborativo entre os participantes. Por seu caráter livre, tem sido largamente utilizado por docentes como ferramenta de apoio à aprendizagem, devido ao conjunto de ferramentas e recursos úteis que facilitam e ampliam as possibilidades de interação e construção do conhecimento em um mesmo ambiente.

A utilização das ferramentas disponíveis no ambiente de aprendizagem não exigiu dos discentes nenhum pré-requisito, além dos conhecimentos básicos de acesso à *internet* e conceitos de postagem de mensagem e envio de arquivos por meio eletrônico (*e-mail*).

### **3. SOBRE EVASÃO**

A evasão é um dos problemas inerentes ao sistema de educação que preocupa as Instituições de Ensino Superior - IES, pois gera desperdício de recursos financeiros, sociais e humanos. Braga, Miranda e Cardeal (1996), afirmam que, devido a sua relevância, o fator evasão passou a ser objeto de estudo do próprio Ministério da Educação e de várias Universidades.

Segundo Ristoff (1999), a questão da evasão nas universidades brasileiras readquire centralidade nas discussões nacionais sobre a educação superior principalmente devido as duas crises do setor: a crise de modelo e a crise gerencial. Mas, para discutir essa reflexão, cabe conhecer inicialmente o que é evasão.

Desta forma, é necessário que as ações adotadas pelas universidades federais estejam voltadas a atingir seus objetivos, visando atender as necessidades dos discentes, dependendo de uma definição clara dos objetivos almejados. Faz-se necessário também

que as diversas ações estejam baseadas em decisões corretas, o que exige informações, conhecimento da realidade e agilidade. (PESSOA, 2000)

A evasão universitária pode ocorrer por vários motivos, entre eles: trabalho, doença grave, morte ou transferência de domicílio. Muitos alunos têm que dividir seu tempo entre a faculdade e o trabalho, e são vencidos pelo cansaço, optando pelo dinheiro e sobrevivência. Outros são afetados com o problema da moradia, tendo que arcar com o alto preço dos alugueis ou das passagens, sem falar no tempo despendido por aqueles que moram longe das instituições. Isso leva à evasão universitária e ao baixo rendimento dos alunos. (KAFURI e RAMON, 1985)

Ainda, o termo evasão, conforme Biazus (2004), consiste na saída do aluno da universidade ou de um de seus cursos, definitiva ou temporariamente, por qualquer motivo, exceto a diplomação. Melo (2002) destaca que a universidade precisa rediscutir sua trajetória e preparar-se para uma readaptação ao ambiente em que está inserida, nesta conjuntura, a constante presença da evasão discente.

Sobre o fenômeno evasão, Souza (1999), destaca que o mesmo preocupa as instituições universitárias do Brasil e do exterior, fazendo com que sua complexidade e abrangência seja objeto de estudos e análises pelos pesquisadores do mundo inteiro. Pereira (2003) diz que a evasão é um fenômeno indesejável em qualquer universidade pública, pois gera vagas ociosas e desperdício do dinheiro público investido.

De acordo com a Resolução nº 017/CUn/97, que regulamenta os Cursos de Graduação da UFSC, em seu artigo 47, estabelece que o abandono de curso é considerado quando não ocorre a renovação da matrícula ou de seu trancamento nos prazos previstos no Calendário Escolar, desfazendo-se o vínculo do aluno com a Universidade.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa é bibliográfica, pois segundo Gil (1996) este levantamento bibliográfico se caracteriza quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

Quanto à coleta de dados, realizou-se o levantamento da situação dos alunos por meio do Sistema Acadêmico de Graduação (CAGR) da Universidade Federal de Santa Catarina, numa abordagem quantitativa.

Utilizou-se a pesquisa descritiva, pois nela “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles” (ANDRADE, 2009,p.114). Para Gil (1996,p. 46) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”.

## 5. RESULTADOS DA PESQUISA

Por meio da coleta de dados feita no Controle Acadêmico da Graduação, constatou-se que 312 candidatos foram aprovados no vestibular. Destes, 10 candidatos foram eliminados, por não efetivarem a matrícula ou não possuírem os requisitos previstos no edital.

Identificou-se uma população de 151 abandonos e 38 desistências, totalizando 189 alunos evadidos, correspondente a aproximadamente 61% do total de ingressantes da primeira oferta do Curso de Administração Pública à distância da Universidade Federal de Santa Catarina. Dos 302 alunos que iniciaram seus estudos em 2009, somente 76 conseguiram concluir o curso no prazo mínimo estipulado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso, que é de 4 anos, perfazendo um total de 24,36%. Ainda, 35 alunos (11%) continuam estudando.

**Tabela1.** Situação dos alunos ingressos no curso de Administração Pública à Distância da UFSC no ano de 2009

<b>Números Gerais PNAP I</b>	
Chamada vestibular	312
Eliminados	10
Alunos regulares	35
Formados	76
Abandonos	151
Desistentes	38

*Fonte: Controle Acadêmico de Graduação (CAGR)*

Contatou-se que, sobre a idade dos ingressantes, a maioria estava na faixa etária entre 31 e 40 anos, perfazendo 45,50% do total de discentes, seguida pela faixa etária de 21 até 30 anos, sendo 35,98%. De 41 a 50 anos somam 15,35% e acima de 50 anos correspondem a 3,17%.



**Tabela2.** Idade dos ingressantes

<b>Idade dos ingressantes</b>	
21 até 30 anos	35,98%
31 até 40 anos	45,50%
41 até 50 anos	15,35%
Acima de 50 anos	3,17%

*Fonte: Controle Acadêmico de Graduação (CAGR)*

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o levantamento de dados sobre a primeira oferta do Curso de Administração Pública modalidade à distância PNAP/UFSC, pode-se conhecer brevemente sua situação e resultados em nível de formação e evasão. Nesta oferta constatou-se que o alarmante número de evasão (61%), não é um problema somente do curso, mas é recorrente nas Instituições de Ensino Superior.

Destaca-se a relevância do Programa Nacional de Formação de Administração Pública – PNAP, que prioriza a formação do perfil do administrador público, expresso sob a ótica da dimensão epistemológica, em relação à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública e da dimensão profissionalizante, no que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do trabalho do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e éticas.

Finalmente, ressalta-se a importância da continuidade de estudos e pesquisas que busquem analisar o curso de Administração Pública EaD em sua totalidade, visando diagnosticar as causas da evasão e contribuir para a melhoria contínua do processo de formação dos discentes.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Maria Margarida de, **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**.9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis**. Florianópolis, 2004. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina.

BRAGA, Murilo Mendes; MIRANDA Pinto, Clotilde O.B.; CARDEAL, Zenilda de Lourdes. **Perfil sócio-econômico dos alunos, repetência e evasão no curso de química da UFMG**. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v20n4/4972.pdf>> .Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto 5800**, de 08 de junho de 2006a. Diário Oficial da União, Brasília, de 08 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto Nº 5622**, de 19 de dezembro de 2005d. Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Pedagógico Do Curso Bacharelado Em Administração Pública Modalidade A Distância**, Outubro 2009.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional** – No. 9394/96 –Brasília: MEC, Dez/1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CHAVES, E. **Conceitos Básicos: Educação a Distância**. EdutecNet: Rede de Tecnologia na Educação, 1999. Disponível em: <[http://www.edutecnet.com.br/.](http://www.edutecnet.com.br/)>. Acesso em: 10 ago. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**.3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpx, 2009.

KAFURI, Roberto; RAMON, Saturnino Pesquero. **1º Grau – casos e percalços: pesquisa sobre evasão, repetência e fatores condicionantes**. Goiânia: UFMG, 1985.

MELO, Pedro Antônio de. **A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras**. 2002. 330 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul do Oeste**. 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia

de Produção) – Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PESSOA, Maria Naiula Monteiro; SELIG, Paulo Mauricio. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro Tecnológico. **Gestão das universidades federais brasileiras um modelo fundamentado no balanced scorecard** /. Florianópolis, 2000. 343 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco**: reflexões sobre educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

SIMONSON, Michael. **Teoría, investigación y educación a distancia**. In: BARBERÀ, Elena. Educación abierta y a distancia. Barcelona: UOC, 2006.